

INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CAMPUS CERES
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
MARIANA PREGO DOS ANJOS.

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA FORMAÇÃO DOCENTE: UMA
ANÁLISE DOS TRABALHOS DE CURSO DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS
BIOLÓGICAS DO IF GOIANO – CAMPUS CERES**

CERES – GO
2025

MARIANA PREGO DOS ANJOS.

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA FORMAÇÃO DOCENTE: UMA
ANÁLISE DOS TRABALHOS DE CURSO DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS
BIOLÓGICAS DO IF GOIANO – CAMPUS CERES**

Trabalho de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas, sob orientação do Prof. Dr. Gustavo Lopes Ferreira.

CERES – GO

2025

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema Integrado de Bibliotecas do IF Goiano -
SIBi**

PREGO DOS ANJOS, MARIANA

A599 Inclusão de Pessoas com Deficiência na
Formação Docente: uma análise dos Trabalhos de
Curso da Licenciatura em

Ciências Biológicas do IF Goiano – Campus Ceres /
MARIANA PREGO DOS ANJOS. CERES 2025.

34f.

Orientador: Prof. Dr. GUSTAVO LOPES FERREIRA.

Tcc (Licenciado) - Instituto Federal Goiano, curso de
0322051 - Licenciatura em Ciências Biológicas - Ceres
(Campus Ceres).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ofício nº 258/2025 - GE-CE/DE-CE/CMPCE/IFGOIANO

Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF Goiano
Sistema Integrado de Bibliotecas

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem resarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional-Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Mariana Prego dos Anjos

Matrícula: 2020103220530012

Título do Trabalho: Inclusão de Pessoas com Deiciência: uma análise dos Trabalhos de Curso da Licenciatura em Ciências Biológicas do IF Goiano - Campus Ceres

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 04/12/2025

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não
O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

1. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
2. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
3. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ceres, 04 de dezembro de 2025.

(Assinado eletronicamente)
Mariana Prego dos Anjos
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

(Assinado eletronicamente) Gustavo Lopes
Ferreira Assinatura do orientador

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Gustavo Lopes Ferreira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 04/12/2025 10:33:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 04/12/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou
acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 770656



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Ceres Rodovia GO-
154, Km 03, SN, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000
(62) 3307-7100



Ata nº 75/2025 - GE-CE/DE-CE/CMPCE/IFGOIANO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a defesa de Trabalho de Curso da acadêmica Mariana Prego dos Anjos, do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, matrícula 2020103220530012, cujo título é <Inclusão de Pessoas com Deficiência: uma análise dos Trabalhos de Curso da Licenciatura em Ciências Biológicas do IF Goiano - Campus Ceres=. A defesa iniciou-se às 19 horas e 15 minutos, finalizando-se às 20 horas e 30 minutos. A banca examinadora considerou o trabalho APROVADO com média 9,5 no trabalho escrito, média 9,6 no trabalho oral, apresentando assim média aritmética final 9,5 de pontos, estando a estudante APTA para fins de conclusão do Trabalho de Curso.

Após atender às considerações da banca e respeitando o prazo disposto em calendário acadêmico, o(a) estudante deverá fazer a submissão da versão corrigida em formato digital (.pdf) no Repositório Institucional do IF Goiano – RIIF, acompanhado do Termo Ciência e Autorização Eletrônico (TCAE), devidamente assinado pelo autor e orientador.

Os integrantes da banca examinadora assinam a presente.

(Assinado Eletronicamente)
Prof. Dr. Gustavo Lopes Ferreira

(Assinado Eletronicamente)
Profa. Dra. Simone Gomes Firmino

(Assinado Eletronicamente)
Ma. Leila Coutinho Dias da Silva

Observação:

O(a) estudante não compareceu à defesa do TC.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Gustavo Lopes Ferreira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 18/11/2025 20:36:54.
- **Simone Gomes Firmino, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 18/11/2025 20:39:24.
- **Leila Coutinho Dias da Silva, TRADUTOR INTERPRETE DE LINGUAGEM SINAIS**, em 18/11/2025 21:05:20.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/11/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 764818

Código de Autenticação: 5fadf2c4f1



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Ceres

Rodovia GO-154, Km 03, SN, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000

(62) 3307-7100

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar como os licenciandos do curso de Ciências Biológicas do IF Goiano – Campus Ceres compreendem a inclusão escolar em seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), defendidos no período de 2013 a 2024. A pesquisa caracteriza-se como levantamento bibliográfico, utilizando como fonte principal os TCCs depositados no Repositório Institucional e disponíveis na coordenação do curso. Foram identificados e analisados trabalhos que abordam a temática da inclusão de pessoas com deficiência, abrangendo deficiências físicas, sensoriais, intelectuais e múltiplas. Os resultados revelam uma crescente preocupação dos futuros professores com a temática, ainda que existam lacunas quanto à implementação prática das estratégias inclusivas, à formação continuada docente e à articulação entre teoria e prática. A análise evidenciou que, embora os trabalhos abordem aspectos legais, pedagógicos e sociais, a ênfase em experiências exitosas ainda é limitada, indicando a necessidade de maior investimento em pesquisas aplicadas e em práticas pedagógicas que promovam a equidade no ambiente escolar.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Formação docente. Pessoa com deficiência. Trabalhos de Conclusão de Curso.

ABSTRACT

The present study aims to analyze how undergraduate students from the Biological Sciences course at IF Goiano – Campus Ceres understand school inclusion through their Course Completion Papers (TCCs), defended between 2013 and 2024. The research is characterized as a bibliographic survey, using TCCs deposited in the Institutional Repository and available at the course coordination office as the main source. The study identified and analyzed papers addressing the inclusion of people with disabilities, encompassing physical, sensory, intellectual, and multiple disabilities. The results reveal a growing concern among future teachers with the topic, although there are still gaps regarding the practical implementation of inclusive strategies, continuing teacher education, and the articulation between theory and practice. The analysis showed that, although the papers address legal, pedagogical, and social aspects, emphasis on successful practices is still limited, indicating the need for greater investment in applied research and pedagogical practices that promote equity in the school environment.

Keywords: School inclusion. Teacher education. People with disabilities. Course Completion Papers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
REVISÃO DE LITERATURA	14
MATERIAL E MÉTODOS	18
RESULTADOS E DISCURSÃO	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um dos principais desafios e, ao mesmo tempo, objetivos da educação contemporânea, pois visa garantir que todos os indivíduos tenham acesso, participação e aprendizagem no ambiente escolar, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas. Essa perspectiva educacional busca romper com modelos excludentes historicamente construídos, que marginalizaram Pessoas com Deficiência (PcD) e restringiram suas oportunidades de desenvolvimento e inserção social. Segundo Sassaki (2010), a inclusão representa um processo de transformação social que exige mudanças estruturais, atitudinais e pedagógicas, de modo a promover a equidade e a valorização da diversidade.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a educação deve ser oferecida de forma igualitária e adaptada às necessidades dos alunos, assegurando o direito à educação inclusiva em todos os níveis de ensino (Brasil, 1996). Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008, reforça o compromisso do Estado brasileiro com a construção de uma escola que atenda à diversidade, contemplando não apenas o acesso físico, mas também a participação efetiva e o aprendizado significativo dos estudantes (Brasil, 2008).

Nesse cenário, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) representou um marco importante, pois ampliou os direitos das pessoas com deficiência e estabeleceu diretrizes para que instituições de ensino, professores e gestores se mobilizem na criação de condições adequadas para a plena inclusão. A legislação prevê não apenas recursos físicos, incluindo adaptações arquitetônicas, mas também metodologias pedagógicas, tecnologias assistivas e a formação continuada de profissionais, visando garantir que o processo educativo seja acessível e equitativo para todos (Brasil, 2015).

Segundo Mantoan, Prieto e Arantes (2023), a inclusão vai além da simples presença do estudante com deficiência na sala de aula; ela requer uma profunda transformação na cultura escolar, na forma de ensinar e aprender e nas relações interpessoais. Para as autoras, “a escola inclusiva deve acolher a diferença e transformar-se para atender às necessidades educacionais de cada estudante,

em um ambiente de respeito e equidade” (Mantoan, Prieto e Arantes, 2023, p. 22). Assim, a inclusão escolar pressupõe a construção de espaços que valorizem a diversidade como um elemento enriquecedor do processo educativo, superando preconceitos e práticas segregadoras que, por muitos anos, marcaram a história da educação.

A formação de professores ocupa lugar central nesse processo. É fundamental que os futuros educadores recebam, durante sua graduação, subsídios teóricos e práticos que os capacitem a desenvolver estratégias pedagógicas voltadas à inclusão. Libâneo (2017) destaca que, a formação docente deve contemplar não apenas a aquisição de conhecimentos científicos, mas também a habilidade de articular teoria e prática, construindo experiências de ensino que favoreçam a aprendizagem de todos os alunos. Essa preparação se torna ainda mais necessária quando se considera a complexidade das salas de aula atuais, compostas por estudantes com diferentes ritmos, estilos e necessidades de aprendizagem.

No curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, a temática da inclusão assume grande relevância, pois os futuros professores atuarão em contextos escolares diversos, que exigem não só o domínio dos conteúdos específicos da biologia, mas também uma postura pedagógica sensível às questões sociais, culturais e educacionais. Segundo Saviani (2018), a educação deve ser compreendida como um processo de transformação social, no qual a escola desempenha um papel essencial na construção da cidadania e na redução das desigualdades. Dessa forma, compreender como os licenciandos têm se apropriado do tema da inclusão durante sua formação inicial torna-se essencial para avaliar a qualidade do processo formativo e os desafios que ainda precisam ser superados.

Um dos instrumentos que permitem essa análise é o Trabalho de Curso (TC), etapa final da graduação que proporciona aos estudantes a oportunidade de aprofundar seus estudos em um tema específico e desenvolver habilidades investigativas. Freire (1996, p. 32) ressalta que, “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, evidenciando a importância da investigação científica no processo formativo. A produção do TC possibilita que o licenciando articule teoria e prática, reflita sobre sua futura atuação profissional e contribua com novos

conhecimentos para a área da educação. Nesse sentido, as produções do tipo monográfica representam uma fonte rica de informações sobre como os estudantes compreendem e abordam a inclusão escolar em suas pesquisas acadêmicas.

Além disso, o levantamento e a análise dos TCs defendidos ao longo dos anos permitem mapear tendências temáticas, identificar lacunas de pesquisa e compreender de que forma a inclusão tem sido abordada nas produções acadêmicas dos futuros docentes de Ciências e Biologia. Segundo Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa em educação tem o potencial de revelar significados, percepções e práticas, oferecendo subsídios para a construção de políticas e estratégias que promovam a transformação do ambiente escolar. Ao analisar esses trabalhos, é possível avaliar não apenas o interesse dos estudantes pelo tema, mas também a evolução das discussões sobre inclusão no âmbito da formação inicial de professores.

Esse estudo justifica-se pela necessidade de conhecer como a temática da inclusão tem sido tratada no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IF Goiano - Campus Ceres, considerando que a formação de professores comprometidos com uma educação inclusiva é fundamental para a efetivação de mudanças significativas nas escolas. Identificar os avanços já conquistados, bem como os desafios ainda existentes, contribui para o fortalecimento da formação docente e para a melhoria da qualidade do ensino oferecido.

A pesquisa caracteriza-se como levantamento bibliográfico, realizada por meio da leitura, seleção e análise dos TCs defendidos entre os anos 2013 e 2024. Os trabalhos foram acessados no Repositório Institucional do IF Goiano, no Sistema de Bibliotecas (SIBi) e em acervos físicos disponibilizados pela coordenação do curso. A análise foi organizada conforme as categorias de deficiência abordadas, abrangendo deficiências físicas, sensoriais, intelectuais e múltiplas, possibilitando uma visão abrangente do cenário investigado.

REVISÃO DE LITERATURA

A educação inclusiva se apresenta, na contemporaneidade, como um dos maiores desafios e compromissos da educação brasileira. Mais do que uma exigência legal, trata-se de uma concepção pedagógica, política e ética que defende o direito de todos à aprendizagem, à convivência e à participação plena no ambiente escolar. Isso implica romper com práticas excludentes historicamente legitimadas e reconhecer que a escola não deve ser um espaço de seleção, mas de acolhimento, diversidade e transformação social (Mantoan, 2020). Assim, a inclusão não se reduz ao acesso físico à escola, mas envolve permanência, participação democrática e aprendizagem significativa para todos os estudantes.

Durante muito tempo, prevaleceu no Brasil o modelo médico ou clínico da deficiência, que atribuía ao indivíduo a responsabilidade pelas dificuldades educacionais. Nesse modelo, o estudante era visto como “portador de deficiência”, alguém que precisava ser adaptado ou corrigido para caber nos padrões escolares. Instituições segregadas, escolas especiais e classes separadas foram construídas a partir desse pensamento (Diniz, 2021). Contudo, as lutas dos movimentos sociais e as reivindicações de pessoas com deficiência impulsionaram a transição para o modelo social de deficiência, que comprehende que a exclusão não está no corpo, mas nas barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais impostas pela sociedade (ONU, 2006).

Essa mudança de paradigma redefine o papel da escola. Se antes a criança precisava demonstrar capacidade para se manter no ensino regular, agora é a escola que precisa garantir condições para que todos aprendam, independentemente de suas características. Booth e Ainscow (2017) afirmam que incluir significa transformar culturas, políticas e práticas, e não apenas inserir alunos nas salas de aula. Esse olhar coloca a inclusão como projeto coletivo e estrutural, e não como iniciativa individual do professor. Dessa forma, a inclusão torna-se processo permanente e inacabado, que exige pesquisa, reflexão e compromisso político.

No campo jurídico, a educação inclusiva é respaldada por documentos que orientam e fundamentam políticas públicas. A Constituição Federal de 1988

assegura igualdade de condições para acesso e permanência na escola. A Declaração de Salamanca (1994) reforça o compromisso mundial com a educação para todos e propõe escolas que acolham a diversidade. A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), ratificada pelo Decreto nº 6.949/2009, trouxe força constitucional à educação inclusiva no Brasil, determinando que a escolarização deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) regulamentam direitos, deveres e critérios para a acessibilidade e garantias legais.

Entretanto, estar amparado por leis não significa garantir a inclusão na prática. Muitas escolas cumprem a matrícula, mas não reorganizam currículo, avaliação, recursos e tempos, mantendo uma inclusão apenas nominal. Mantoan (2020) chama esse fenômeno de “inclusão declaratória”, isto é, presente em documentos e discursos, mas inexistente no cotidiano escolar. Glat (2007) também criticam práticas que rotulam alunos como incapazes ou inviáveis, reforçando preconceitos e justificando a permanência do modelo tradicional de ensino.

A compreensão de inclusão também exige diferenciar conceitos frequentemente confundidos: integração e inclusão. Na integração, o aluno deve se adaptar à escola — sua presença é tolerada, desde que não altere o ritmo das aulas. Já a inclusão propõe o oposto: a escola adapta currículo, estratégias e recursos para atender a todos, sem exceções (Rodrigues, 2020). Enquanto a integração transfere a responsabilidade para o estudante, a inclusão atribui à escola e ao sistema educacional a obrigação de remover barreiras.

A discussão contemporânea também introduz o conceito de capacitismo, que se refere à discriminação baseada na capacidade corporal, mental ou sensorial. O capacitismo se manifesta quando alunos com deficiência são vistos como problemas, atrasos ou como incapazes de aprender. Vendramin (2019) denuncia que o discurso capacitista naturaliza a exclusão e impede avanços educativos. Assim, combater o capacitismo é condição para construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, pois exige repensar relações, atitudes, terminologias, currículos e avaliações.

Nesse contexto, a formação docente assume papel central. A educação inclusiva depende da atuação de professores que compreendam a diversidade como parte constitutiva da prática pedagógica. No entanto, como apontam Santos e Miranda (2023), a formação de professores no Brasil ainda privilegia conteúdos disciplinares e métodos tradicionais, deixando de abordar temas relacionados à deficiência, direitos humanos e diversidade. Isso gera profissionais inseguros para lidar com as diferenças, reproduzindo o discurso de despreparo. Por isso, a formação inicial e continuada deve integrar teoria e prática, subsidiando o professor com conhecimentos pedagógicos, políticos e éticos.

Freire (1996, p. 32) defende que, “não há prática educativa transformadora sem reflexão crítica, pesquisa e compromisso com a realidade social”. Assim, o professor deixa de ser mero transmissor de conteúdos e passa a ser sujeito político, capaz de questionar desigualdades e promover mudanças. Pimenta e Anastasiou (2018) reforçam que a formação docente deve articular conhecimento científico, experiência escolar e crítica social, formando educadores reflexivos e não apenas técnicos do ensino.

Nesse sentido, os Trabalhos de Curso (TCs) assumem importância significativa, pois representam a síntese da formação e revelam como os licenciandos compreendem temas como inclusão, diversidade e direitos. Os TCs analisados neste estudo mostram perspectivas diversas: alguns adotam abordagem legalista; outros investem em práticas pedagógicas; poucos apresentam olhar crítico, denunciando desigualdades e problematizando a exclusão. Portanto, compreender os fundamentos da educação inclusiva permite interpretar essas produções acadêmicas com profundidade e perceber se os futuros docentes estão construindo uma postura emancipatória ou apenas reproduzindo discursos normativos.

Em síntese, a fundamentação teórica apresentada demonstra que a inclusão é mais que um dispositivo legal: é um projeto social que exige ruptura com práticas exclucentes, enfrentamento do capitalismo, revisão curricular e valorização da formação docente. É nesse cenário que se insere a presente pesquisa, que analisa como a inclusão é abordada nos TCs da Licenciatura em Ciências Biológicas do IF Goiano — Campus Ceres, buscando compreender se

esses trabalhos reforçam uma inclusão formal ou se contribuem para a construção de uma prática pedagógica crítica, democrática e transformadora.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa se caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, tomando como objetivo de análise os Trabalhos de Curso (TCs) produzidos por acadêmicos da Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, no período de 2013 a 2024.

A escolha pelo enfoque qualitativo justifica-se por sua adequação à análise interpretativa de produções acadêmicas e discursos formativos, permitindo compreender como a temática da educação inclusiva tem sido concebida no âmbito da formação inicial docente, especialmente no contexto das políticas de inclusão e dos desafios pedagógicos envolvidos no processo de escolarização de pessoas com deficiência. Assim, o foco está na compreensão da produção acadêmica e das perspectivas dos licenciandos sobre a educação inclusiva.

Essa abordagem é coerente com a natureza interpretativa deste estudo, que não se propõe a mensurar dados estatísticos, mas interpretar as produções acadêmicas e analisar epistemologicamente conteúdos científicos produzidos pelos futuros professores de Ciências e Biologia. Para Gil (2019), esse tipo de pesquisa permite explicar e avaliar tendências de formação docente a partir das produções textuais que refletem o contexto educacional. O corpus da pesquisa é composto pelos TCs que tratam especificamente da inclusão de pessoas com deficiência, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015). Foram considerados apenas trabalhos que apresentavam relação direta com o campo da educação inclusiva, excluindo-se aqueles cujo enfoque não recaía sobre as pessoas com deficiência no contexto escolar ou a educação inclusiva.

Os dados foram coletados a partir de três fontes institucionais: o Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF), o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) e o acervo físico da coordenação do curso, que inclui monografias impressas e arquivos digitais armazenados em mídias físicas. Durante a busca, foi constatada instabilidade recorrente no Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI), o que impossibilitou o acesso completo a alguns trabalhos em PDF. Em

virtude dessa limitação técnica, parte das análises foi realizada com base nos resumos disponibilizados no próprio sistema.

Para garantir rigor metodológico e coerência temática, foram definidos critérios de inclusão e exclusão para seleção dos TCs. Foram incluídos apenas os trabalhos que possuíam relação direta com a inclusão de PCD na educação básica ou superior e que apresentavam fundamentação relacionada à educação inclusiva, acessibilidade, práticas pedagógicas inclusivas, formação docente ou tecnologias assistivas. Foram excluídos aqueles que abordavam outras formas de inclusão social que não envolviam diretamente PCD, como inclusão na Educação de Jovens e Adultos (EJA), inclusão social de grupos socioeconomicamente vulneráveis ou discussões sobre diversidade sem vínculo com a educação inclusiva. Ainda que tais estudos tenham relevância social e acadêmica, sua exclusão justifica-se pelo rigor científico necessário à construção do corpus analítico desta pesquisa.

A aplicação dos critérios de seleção resultou na identificação inicial de dezesseis TCs. Entretanto, após análise do alinhamento temático e verificação do acesso aos materiais, apenas oito foram selecionados para compor a pesquisa, por tratarem explicitamente da inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar. A seguir, a tabela 1 apresenta os TCs selecionados, classificados por ano, título e foco:

Tabela 1 – Trabalhos de Curso selecionados após a aplicação dos critérios de seleção

Nº	Autor	Ano	Título	Foco
1	Isabella Carvalho Dutra	2019	Avaliação das vias e acessos do IF Goiano – Campus Ceres frente às normas técnicas de acessibilidade	Foco em barreiras estruturais e acessibilidade e arquitetônica
2	Mayara Patrícia Barbosa Ribeiro	2019	Levantamento do uso de estratégias lúdicas no ensino de Ciências para estudantes cegos	Foco em recursos didáticos para alunos com deficiência visual

3	Fernanda Cristina Teles Pereira	2021	Inclusão do aluno autista na sala de aula	Foco em inclusão do aluno com TEA
4	Moniky Hellen de Lima Apolinário	2022	Revisão de literatura sobre práticas educativas para o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais	Foco em práticas pedagógicas inclusivas
5	Divalci Moises Marques	2022	A importância do ensino de LIBRAS para crianças ouvintes: Relato de Experiência para uma verdadeira inclusão	Foco em LIBRAS e alunos com deficiência auditiva
6	Jaqueleine Ferreira Marques	2023	Práticas inclusivas junto a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Superior: realidade, desafios e práticas exitosas	Foco em inclusão do aluno autista
7	Gabriela Vieira de Oliveira	2024	O papel das tecnologias assistivas na inclusão de estudantes com baixa visão: uma revisão da literatura	Foco em tecnologias assistivas para alunos com deficiência visual
8	Milene Débora Alves	2024	Biomas brasileiros ao alcance de todos: estratégias bilíngues que transformam a educação	Foco em LIBRAS e inclusão de surdos

Fonte: Elaboração própria.

Durante o processo de seleção e análise dos trabalhos, observou-se que quatro monografias estavam disponíveis apenas no Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI), sem acesso ao texto completo no Repositório Institucional do IF Goiano. Nesses casos, foi possível analisar apenas os resumos disponíveis no sistema, sendo eles: Larissa Adriana da Silveira Castilho (2014), que abordava as inteligências múltiplas no ambiente escolar; Roberta Patrícia Silva

Reis (2016), que tratava do transtorno de déficit de atenção/hiperatividade como um problema ou desafio para o professor na sala de aula; Kamilla Carolina Costa Oliveira (2017), que apresentava o histórico e levantamento de recursos metodológicos utilizados no ensino de ciências para o aluno surdo; e Adelice Fernandes da Silva Dutra (2018), que discutia a Educação Inclusiva com os seus significados, desafios e perspectivas possíveis em escolas públicas de Itapaci - GO. Além disso, outros quatro trabalhos foram excluídos por não apresentarem relação direta com a inclusão de pessoas com deficiência. Por exemplo, o trabalho de Mateus Oliveira Nunes (2022) abordava a implementação da educação de gênero como um desafio para a educação básica, enquanto o de Marcelo Pereira da Penha (2022) tratava a aprendizagem e desenvolvimento no contexto da EJA e suas reflexões a partir de uma experiência de estágio. De forma semelhante, o estudo de Isabelle Eduarda Silva (2022) discutia a Educação de Jovens e Adultos no contexto histórico, a invisibilidade e a prática educativa. E por fim, o de Kezia Jesus Carvalho (2024), que analisava o ensino de Biologia na Educação de Jovens e Adultos entre desafios e potencialidades da prática docente. Assim, o corpus final desta pesquisa foi composto por oito monografias que atendiam aos critérios de alinhamento temático e disponibilidade de acesso.

Após a seleção do corpus documental, foi realizada leitura exploratória e, posteriormente, leitura interpretativa dos TCs selecionados, seguida de sistematização analítica por meio de categorias temáticas. Os trabalhos foram organizados conforme suas respectivas perspectivas de análise da inclusão, permitindo construir uma visão geral da forma como os licenciandos em Ciências Biológicas comprehendem, praticam e teorizam a educação inclusiva. Além disso, os TCs foram classificados de acordo com a abordagem predominante: legalista (foco na legislação), prática (foco em metodologias inclusivas), crítica (problematização do sistema escolar) ou assistencialista (abordagem reducionista sobre inclusão). Essa classificação permitiu interpretar o grau de profundidade teórica dos trabalhos e identificar possíveis contradições na compreensão do conceito de inclusão.

Os TCs também foram analisados quanto aos aspectos estruturais e metodológicos, observando-se: tipo de pesquisa adotada, referencial teórico

utilizado, coerência entre objetivos e conclusões e relevância para a formação docente.

RESULTADOS E DISCURSÃO

A análise dos oito TCs permitiu identificar padrões temáticos e tendências conceituais sobre a abordagem da inclusão de pessoas com deficiência pelo olhar dos licenciandos em Ciências Biológicas do IF Goiano – Campus Ceres. Os resultados mostram que o interesse pela temática vem crescendo nos últimos anos, especialmente a partir de 2019 coincidindo com a ampliação do debate nacional sobre inclusão após a implementação da Lei Brasileira de Inclusão (2015). Observou-se que, embora os trabalhos adotem concepções distintas, há entre eles uma preocupação comum com a violação do direito à educação e com as barreiras que ainda excluem estudantes com deficiência do processo educativo.

Do ponto de vista temático, os TCs foram organizados conforme a categoria de deficiência abordada, com base na classificação da Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008): deficiência física, sensorial (visual e auditiva), intelectual, transtorno do espectro autista (TEA) e necessidades educacionais específicas. A distribuição pode ser visualizada no tabela 2:

Tabela 2 – Distribuição temática dos TCs por categoria de deficiência

Nº do TC	Categoria de deficiência	Abordagem predominante
T1	Deficiência física / acessibilidade	Diagnóstico de barreiras arquitetônicas
T2	Deficiência visual	Tecnologias assistivas, recursos táteis
T3	Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Formação docente e estratégias de ensino
T4	Inclusão ampla / práticas gerais	Didática inclusiva, metodologias adaptativas
T5	Deficiência auditiva (surdez)	LIBRAS, inclusão linguística, barreiras comunicacionais
T6	Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Formação docente e estratégias de ensino

T7	Deficiência visual	Tecnologias assistivas, recursos táteis
T8	Deficiência auditiva (surdez)	LIBRAS, inclusão linguística, barreiras comunicacionais

Fonte: Elaboração própria.

A análise inicial revela que a maior concentração de pesquisas ocorre na área da deficiência sensorial, especialmente surdez e deficiência visual. Esse resultado sugere que os licenciandos compreendem a inclusão, predominantemente, como um desafio ligado à comunicação e ao acesso à informação, reforçando a necessidade de adaptações pedagógicas e tecnologias assistivas para garantir aprendizagem. Contudo, verificou-se escassez de estudos voltados à deficiência intelectual e ausência total de trabalhos sobre deficiência múltipla, o que indica lacunas de pesquisa na formação inicial docente do curso analisado.

Outro aspecto que emergiu dos resultados é que nenhum dos trabalhos analisados investigou a inclusão na prática do próprio curso de Ciências Biológicas, ou seja, não há estudos que refletem criticamente sobre a inclusão no ensino superior. Isso demonstra que a inclusão é tratada como um problema “da escola básica”, distante do espaço universitário, o que reforça a crítica de Carvalho (2021), ao afirmar que a formação docente, muitas vezes, produz discursos inclusivos sem promover práticas inclusivas.

Alguns trabalhos utilizaram dados da realidade escolar regional, envolvendo projetos, relatos de experiência ou diagnósticos em escolas públicas da região, o que fortalece a dimensão social da pesquisa e a aproximação com outras redes de ensino. Já os demais TCs permaneceram exclusivamente no campo da revisão bibliográfica. Esse padrão mostra que a prática investigativa ainda é limitada na licenciatura analisada.

Os resultados também apontam que, em termos de abordagem teórica, há predominância de trabalhos com viés legalista e descritivo, baseados somente em leis e documentos oficiais, sem debate crítico mais aprofundado. Apenas dois TCs apresentaram postura analítica consistente e concepção de

inclusão vinculada à pedagogia crítica, defendendo transformação escolar e combate ao capacitismo.

Assim, além da distribuição por categoria de deficiência, foi possível identificar regularidades quanto à postura teórica adotada pelos autores dos TCs analisados. Para isso, os trabalhos foram classificados conforme a orientação conceitual predominante: abordagem legalista, abordagem prática-metodológica e abordagem crítica. Essa classificação permitiu analisar não apenas o que os TCCs dizem sobre inclusão, mas como dizem e de onde falam teoricamente, revelando muito sobre a formação docente no curso investigado. A seguir, apresenta-se a tabela 3, que sintetiza essa classificação.

Tabela 3 – Abordagem teórica predominante nos TCCs sobre inclusão

Nº do TC	Tema central	Abordagem teórica predominante	Características identificadas
T1	Acessibilidade arquitetônica no IF Goiano	Crítica	Analisa exclusão estrutural; denuncia barreiras físicas e institucionais
T2	Ensino de Ciências para estudantes cegos	Prática-metodológica	Sugere adaptações didáticas; abordagem centrada na prática do ensino
T3	Inclusão do aluno com autismo na sala regular	Prática-metodológica	Análise baseada na sala de aula; destaca desafios docentes
T4	Práticas educativas para inclusão	Crítica	Questiona barreiras escolares; defende inclusão como direito; enfoque na formação docente
T5	Inclusão de alunos surdos na escola regular	Legalista	Baseado em leis e documentos normativos; pouco aprofundamento crítico
T6	Práticas pedagógicas inclusivas para TEA	Prática-metodológica	Prioriza estratégias didáticas e adaptações; foco no fazer docente

T7	Tecnologias assistivas na inclusão visual	Prática-metodológica	Foco em ferramentas e recursos pedagógicos acessíveis
T8	Bilinguismo e inclusão de surdos (LIBRAS)	Prática-metodológica	Ênfase em recursos linguísticos e acessibilidade comunicacional

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados indicam que a maioria dos TCs permanece presa a uma visão normativa e superficial da inclusão, limitando-se a citar leis como a LDB (1996), a Política Nacional de Educação Especial (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), sem problematizar a distância entre legislação e realidade escolar. Essa constatação confirma as críticas de Glat, Pletsch e Fontes (2007), que afirmam que, muitas produções acadêmicas sobre inclusão repetem discursos prontos sem avançar para reflexões transformadoras.

Outro aspecto relevante é a prevalência de cinco TCs vinculados às abordagens metodológicas, especialmente nos trabalhos que tratam de deficiência visual e surdez. Assim como defendem Mittler (2016) e Ainscow (2017), as práticas pedagógicas inclusivas são essenciais, mas quando não estão acompanhadas de compreensão filosófica e política da inclusão, acabam se reduzindo a listas de atividades isoladas, sem impacto na cultura escolar.

Por outro lado, apenas dois trabalhos (Apolinário, 2022; Dutra, 2019) demonstraram postura crítica consistente, compreendendo a inclusão como direito humano e política pública e denunciando formas de exclusão estrutural. Esses trabalhos avançam teoricamente porque não culpabilizam os estudantes pela exclusão; ao contrário, revelam que a barreira não está no aluno, mas no sistema escolar, como defendem Mantoan (2020) e Carvalho (2021).

Outro dado importante identificado é que nenhum dos TCs analisados utiliza o termo “capacitismo”, embora muitos citem dificuldades de inclusão e preconceito. Isso indica que os autores identificam a discriminação contra pessoas com deficiência, mas ainda não dominam o conceito crítico capaz de revelar o caráter social e histórico dessa opressão (Diniz, 2021). Portanto, nota-se que a Licenciatura ainda não incorporou plenamente uma abordagem anticapacitista na formação docente.

Além disso, a literatura utilizada pelos autores revela expansão teórica ao longo dos anos: os TCs mais recentes trazem bibliografia mais atual e maior diálogo com autores da educação inclusiva contemporânea, enquanto os mais antigos apresentam repertório pouco diversificado. Isso sugere evolução formativa lenta, porém progressiva no curso.

Outro aspecto analisado foi o método utilizado pelos autores dos TCs, uma vez que isso interfere diretamente na profundidade das produções acadêmicas e permite compreender como os licenciandos constroem conhecimento científico sobre inclusão. Observou-se predominância de pesquisas com caráter bibliográfico descritivo, com pouca presença de estudos de campo ou produções empíricas com intervenção pedagógica. Mesmo entre os trabalhos classificados como de abordagem prática-metodológica não se identificou, em sua maioria, a aplicação direta de práticas inclusivas pelos autores. Nessas produções, as práticas descritas referem-se a análises de materiais didáticos, relatos de experiências de outros pesquisadores ou propostas pedagógicas já existentes na literatura, o que indica que tais abordagens foram construídas a partir de levantamento teórico e não de vivência prática no contexto escolar.

Embora exista interesse crescente pelo tema, a pesquisa científica ainda está em processo de consolidação no curso, com forte dependência de revisões bibliográficas simples. Isso confirma que a formação inicial docente ainda carece de incentivo à pesquisa aplicada e formação metodológica consistente, como já apontam autores como Gil (2019) e Minayo (2017).

Outro ponto analisado foram as perspectivas educacionais presentes nos TCs sobre inclusão. Muitos estudos apresentaram avanços teóricos importantes, como a defesa da escola inclusiva e a crítica ao modelo segregador de “salas especiais”, mas persistem traços de discursos assistencialistas e medicalizantes em ao menos dois trabalhos, que tratam a pessoa com deficiência como frágil ou incapaz. Esse cenário reforça as críticas feitas por Diniz (2021) sobre a permanência do capacitismo pedagógico nas escolas e nos próprios discursos acadêmicos.

Os resultados também mostraram lacunas importantes na escolha dos objetos de pesquisa. Nenhum TC abordou inclusão na avaliação escolar ou currículo flexível, que são temas estruturantes para a inclusão. Apenas um trabalho abordou a acessibilidade física, e nenhum discutiu acessibilidade digital ou desenho universal para aprendizagem (DUA), temas amplamente discutidos na literatura internacional (Cast, 2018; Rose e Meyer, 2020). Também se constatou ausência de estudos que abordem deficiência múltipla e altas habilidades/superdotação.

Tabela 4 – Lacunas temáticas identificadas nos TCCs

Área temática	Presente	Ausente	Observação
Deficiência auditiva	X		Boa presença
Deficiência visual	X		Boa presença
TEA	X		Frequente
Deficiência física	X		Apenas 1 trabalho
Deficiência intelectual	X		Pouca produção
Deficiência múltipla		X	Nenhum estudo
Altas habilidades / superdotação		X	Nenhum estudo
Avaliação inclusiva		X	Lacuna grave
Curriculum inclusivo	X		Pouco aprofundamento
Acessibilidade digital		X	Ausência total
Capacitismo escolar	X		Tema emergente
Formação docente	X		Relevante nos TCCs

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados revelam que, embora haja produção acadêmica sobre inclusão, esta ainda é concentrada em algumas deficiências e limitada em profundidade crítica. Isso sugere a necessidade de ampliar os horizontes investigativos na formação de professores e romper com enfoques repetitivos ou superficiais, para avançar na construção de uma educação inclusiva real e não apenas declaratória.

A análise revelou que a produção acadêmica sobre inclusão no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IF Goiano – Campus Ceres, embora apresente avanços importantes, também traz contradições significativas. Entre os avanços mais evidentes, destaca-se o aumento do interesse pela educação inclusiva nos últimos anos, especialmente a partir de 2019, além da evolução na

qualidade das discussões teóricas observada nos TCs mais recentes, que incorporam princípios como acessibilidade, mediação pedagógica e valorização da diversidade. Os trabalhos também apontam maior defesa do direito à educação e reconhecimento de que a inclusão não pode se limitar ao acesso, mas exige participação efetiva e aprendizagem significativa (Mantoan, 2020; Glat, Pletsch e Fontes, 2007).

Persistem fragilidades acadêmicas e conceituais, como: a predominância de discursos normativos sem análise crítica; a presença de noções assistencialistas; a compreensão limitada sobre capacitar e a escassez de pesquisas intervencionistas na realidade escolar.

Esses dados demonstram que a inclusão ainda é compreendida mais como exigência legal do que como compromisso pedagógico e ético, o que reforça a crítica de Carvalho (2021), ao afirmar que parte da literatura educacional sobre inclusão ainda está “presa a uma pedagogia da tolerância”, e não a uma pedagogia da justiça social.

Esses resultados confirmam a hipótese deste estudo: a inclusão está presente na formação inicial docente, mas ainda de forma parcial, fragmentada e pouco crítica. Predomina uma compreensão que reconhece a importância da inclusão, mas não rompe com práticas pedagógicas tradicionais e exclucentes. No entanto, observa-se também um movimento crescente de autores que defendem inclusão como direito humano e princípio de justiça social, o que representa potencial transformador para a educação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos Trabalhos de Curso (TCs) permitiu alcançar o objetivo central desta pesquisa, que foi compreender como os licenciandos em Ciências Biológicas do IF Goiano – Campus Ceres têm abordado a educação inclusiva e interpretado o direito das pessoas com deficiência no contexto escolar. Os resultados evidenciam que o tema vem ganhando relevância na formação inicial docente, principalmente após a Lei Brasileira de Inclusão (2015), com maior presença de TCs sobre deficiência visual, surdez e Transtorno do Espectro Autista. Constatou-se, contudo, que a maioria das produções adota abordagem descritiva e legalista, com foco em leis e documentos oficiais, o que demonstra conhecimento das normativas, mas também uma limitação quanto à reflexão crítica e à proposição de práticas pedagógicas inclusivas.

Dos oito trabalhos analisados, observou-se predominância de pesquisas bibliográficas, e mesmo aqueles classificados como prática-metodológica apresentaram descrições de práticas existentes na literatura, sem intervenção direta no contexto escolar. Apenas dois TCs se aproximaram da realidade educacional local por meio de diagnósticos em escolas da região, o que evidencia interesse crescente, porém ainda incipiente, pela pesquisa aplicada. Também se destaca a ausência de estudos sobre deficiência múltipla, altas habilidades, currículo inclusivo e avaliação escolar, indicando lacunas importantes na formação docente. Por outro lado, reconhece-se como contribuição positiva o avanço conceitual em direção ao modelo social da deficiência e à defesa do direito à educação como responsabilidade da escola, e não do estudante.

Assim, percebe-se que os objetivos da pesquisa foram atingidos ao identificar tendências, avanços e limitações na formação de professores quanto à educação inclusiva. Embora o discurso da inclusão esteja presente, ainda é necessário fortalecer a formação crítica, superar visões assistencialistas e ampliar pesquisas que articulem teoria e prática. Espera-se que este trabalho contribua para o debate institucional e incentive novas investigações que aprofundem a inclusão como princípio ético, político e pedagógico da educação.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel; BOOTH, Tony. **Index para a inclusão:** desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. 4. ed. Londres: UNESCO, 2017.

ALVES, Milene Débora. **BIOMAS BRASILEIROS AO ALCANCE DE TODOS: ESTRATÉGIAS BILÍNGUES QUE TRANSFORMAM A EDUCAÇÃO.** 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/5002>. Acesso em: 24 out. 2025.

APOLINÁRIO, Moniky Hellen de Lima. **REVISÃO DE LITERATURA SOBRE PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA O ENSINO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3182>. Acesso em: 24 out. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 out. 2025.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: UNESCO/MEC, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 24 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 4 out. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: Acesso em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. 4 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146,** de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 4 out. 2025.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva:** com os pingos nos “is”. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2021.

CAST. **Universal Design for Learning Guidelines.** Massachusetts: CAST Publishing, 2018.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2021.

DUTRA, Isabella Carla. **AVALIAÇÃO DAS VIAS E ACESSOS DO IF GOIANO – CAMPUS CERES FRENTE ÀS NORMAS TÉCNICAS DE ACESSIBILIDADE.**

2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/721>. Acesso em: 4 out. 2025

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Marcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. **Educação inclusiva & educação especial**: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. Educação (Santa Maria. Online), v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1171/117117241006.pdf>. Acesso em: 24 out. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? 6. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. 8 ed. São Paulo: Summus, 2023.

MARQUES, Divalci Moisés. **A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS OUVINTES**: Relato de Experiência para uma verdadeira inclusão. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/2576>. Acesso em: 4 out. 2025

MARQUES, Jaqueline Ferreira. **PRÁTICAS INCLUSIVAS JUNTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO ENSINO SUPERIOR**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, 2023. DOI: <https://doi.org/10.26694/caedu.v6i2.5111>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2016.

OLIVEIRA, Gabriela Vieira de. **O PAPEL DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM BAIXA VISÃO**: uma revisão de literatura. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) –

Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, 2024. DOI:
<https://periodicos.ufpi.br/index.php/cedsd/article/download/6025/5202/28313>.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: ONU, 2006. Ratificada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/Oficina%20PCF/JUSTI%C3%87A%20E%20CIDADA%20NIA/convencao-e-lbi-pdf.pdf>. Acesso em 4 out. 2025.

PEREIRA, Fernanda Cristina Teles. INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NA SALA DE AULA. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/2321>. Acesso em: 4 out. 2025.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças. Docência no ensino superior. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

RIBEIRO, Mayara Patrícia Barbosa. LEVANTAMENTO DO USO DE ESTRATÉGIAS LÚDICAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS PARA ESTUDANTES CEGOS. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/713>. Acesso em: 4 out. 2025.

RODRIGUES, David. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. 3. ed. São Paulo: Summus, 2020.

ROSE, David H.; MEYER, Anne. Teaching every student in the digital age: Universal Design for Learning. Alexandria: ASCD, 2020.

SANTOS, Jonathas Ferreira; MIRANDA, Fabiana Darc. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÕES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal), v. 16, n. 12, 2023. Disponível em: https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A5%3A28786901/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A175290129&crl=c&link_origin=scholar.google.com. Acesso em: 24 out. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SAVIANI, D. Escola e democracia. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. Simpósio Internacional repensando mitos contemporâneos, v. 2, p. 16-25, 2019. Disponível em: <https://www.iar.unicamp.br/publionline/simpac/www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/download/4389/4389-Texto%20do%20artigo-12010-10-20191214.pdf>. Acesso em: 24 out. 2025.